



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário - Área Apoio Especializado
Especialidade Serviço Social

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'S19', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva - Redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva - Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva - Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva - Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 8, considere o texto abaixo.

"Te embalarei com uma canção sentida."

Senta-te aqui ao meu lado, amiga, e te contarei uma história. Faz tempo que não te conto uma história na beira deste cais. A noite está cheia de estrelas, são homens valentes que morreram. Senta-te aqui, dá-me tua mão, vou te contar a história de um homem valente. Vês aquela estrela lá longe, mais além do navio fundeado, mais além do forte velho, da sombra das ilhas? Deve ser ele iluminando o céu da Bahia. [...]

Já viste da beira do cais o vento noroeste se despenhar sobre a cidade e o mar, levar embarcações, desatracar navios, mudar o rumo de transatlânticos, transformar a cor das águas? É rápido, inquietante, belo, quase irreal. Dura um instante na medida do tempo. Mas, mesmo depois que o noroeste passa e volta a calmaria, fica a sua lembrança e é impossível esquecê-lo porque tudo mudou na face das coisas: é outra a fisionomia do cais e o ar que se respira é mais puro. Assim, negra, foi Castro Alves. Tinha a força do vento noroeste, o seu ímpeto, a sua violência. Tinha a sua beleza também. E deixou o ar mais puro, a sua lembrança imortal.

Tinha a precocidade desses moleques de rua a quem acaricias a cabeça e dos quais te contei a história. Começou muito moço e muito moço terminou. Foi o mais belo espetáculo de juventude e de gênio que os céus da América presenciaram.

No tempo que andou nestas e noutras ruas, disse tantas e tão belas coisas, amiga, que sua voz ficou soando para sempre e é cada vez mais alta e cada vez mais a voz de centenas, de milhares, de milhões de pessoas. É a sua voz, negra, é a voz do cais inteiro e da cidade lá atrás também. Falou por todos nós como nenhum de nósalaria. É ainda hoje o maior e o mais moço de todos nós.

No teatro grande lá de cima ouviste certa vez uma numerosa orquestra. Lembra-te da hora em que os músicos se juntaram todos num esforço supremo e produziram com os seus instrumentos e com sua virtuosidade uma nota mais alta que todas, que todas mais bela, nota que ficou soando na sala mesmo após a saída dos espectadores? Pois assim foi Castro Alves. Há momentos no mundo em que todas as forças de uma nação se conjugam e, como uma nota mais alta que todas, aparece, tranquilo e terrível, demoniacamente belo, justo e verdadeiro, um gênio. Nasce dos desejos do povo, das necessidades do povo. Nunca mais morre, imortal como o povo.

Este, cuja história vou te contar, foi amado e amou muitas mulheres. Vieram brancas, judias e mestiças, tímidas e afoitas, para os seus braços e para o seu leito. Para uma, no

entanto, guardou ele as melhores palavras, as mais doces, as mais ternas, as mais belas. Essa noiva tem um nome lindo, negra: liberdade.

Vê no céu, ele brilha, é a mais poderosa das estrelas. Mas o encontrarás também nas ruas de qualquer cidade, no quarto de qualquer casa. Seja onde for que haja jovens, corações pulsando pela humanidade, em qualquer desses corações encontrarás Castro Alves.

Dá-me agora tua mão direita, ouve o ABC do poeta.

Obs.: Ortografia atualizada segundo as normas vigentes.

(Jorge Amado. **ABC de Castro Alves**; 14. ed. São Paulo: Martins, 1968. p. 15-17)

1. Considerando-se o desenvolvimento do texto, está correto o que se afirma em:

- (A) Jorge Amado, num discurso de caráter didático, busca transmitir a uma amiga leitora suas próprias convicções sobre a atuação de jovens – que podem ser encontrados *nas ruas de qualquer cidade, no quarto de qualquer casa* – que participam da luta em defesa de seus ideais.
- (B) Jorge Amado, numa fala de caráter bastante pessoal, uma *"canção sentida"*, como se lê de início, se posiciona a respeito de Castro Alves, impetuoso defensor de seus ideais humanitários, procedimento peculiar da juventude, que pode ser observado em todo lugar.
- (C) Tomando como exemplo a vida de Castro Alves, Jorge Amado se detém na necessidade de se reconhecer, ainda hoje, a importância do *belo espetáculo de juventude* oferecido até mesmo pelos *moleques de rua*, tema que já havia abordado anteriormente.
- (D) Em um extenso monólogo, Jorge Amado busca entender as razões que hoje e sempre impulsionaram e impulsionam a juventude – com o exemplo de Castro Alves, que *começou muito moço e muito moço terminou* –, a eternizar seus ideais em palavras impetuosas ou de amor.
- (E) Segundo Jorge Amado, a defesa da liberdade que, embora surja *dos desejos do povo, das necessidades do povo*, foi, à época de Castro Alves, um ideal que durou *um instante na medida do tempo*, tal como um forte vento que tudo destrói à sua passagem.

2. É a sua voz, negra, é a voz do cais inteiro e da cidade lá atrás também. (4^a parágrafo)

Da afirmativa transcrita acima decorre a seguinte inferência:

- (A) A população mais pobre de uma cidade, que vive em zonas degradadas como a do cais, dificilmente tem voz para defender seus direitos.
- (B) Em toda a Bahia, poucos se fazem ouvir, até mesmo aqueles mais aquinhoados pela sorte, que vivem melhor nas cidades.
- (C) É verdadeiramente livre a cidade em que os anseios da camada mais rica se equivalem aos dos mais necessitados.
- (D) Os negros, os oprimidos, os carentes de proteção falam nos poemas de Castro Alves, cujos versos primam pela defesa da liberdade.
- (E) Todas as pessoas, pobres ou não, ouvem os versos de Castro Alves, que falam dos oprimidos e, também, das atribuições da vida cidadina.



3. ... e é impossível esquecê-lo porque tudo mudou na face das coisas: é outra a fisionomia do cais e o ar que se respira é mais puro. (2º parágrafo)
- A afirmativa introduzida pelos dois-pontos deve ser entendida como
- (A) justificativa dos resultados da destruição provocada pelo ímpeto de uma ventania, como fez Castro Alves, em sua época, com seus poemas.
- (B) demonstração da força da natureza quando se desencadeia sem controle, como se vê na obra de Castro Alves, poeta muito jovem e ainda imaturo.
- (C) detalhamento do cenário que vem sendo descrito, numa associação direta com o ímpeto versificador de Castro Alves nos temas tratados por ele.
- (D) enumeração dos estragos decorrentes de um cataclismo, que o relaciona com a revolução embutida nos poemas libertários de Castro Alves.
- (E) comentário auxiliar que, assim como ocorre com os fenômenos naturais, se propõe a minimizar os efeitos contestadores dos poemas de Castro Alves.
-
4. O segmento que, no contexto do 2º parágrafo, expressa noção de consequência é:
- (A) *E deixou o ar mais puro, a sua lembrança imortal.*
- (B) *Já viste da beira do cais o vento noroeste se despenhar sobre a cidade e o mar...*
- (C) *Mas, mesmo depois que o noroeste passa e volta a calmaria...*
- (D) *Tinha a força do vento noroeste, o seu ímpeto, a sua violência.*
- (E) *É rápido, inquietante, belo, quase irreal.*
-
5. **Ambos os verbos** flexionados nos mesmos tempo, modo e pessoa estão grifados em:
- (A) *No teatro grande lá de cima ouviste certa vez uma numerosa orquestra. Lembras-te da hora em que os músicos...*
- (B) *São homens valentes que morreram.*
- (C) *Faz tempo que não te conto uma história na beira deste cais.*
- (D) *Vês aquela estrela lá longe... Já viste da beira do cais o vento noroeste...*
- (E) *Vê no céu... ouve o ABC do poeta.*
-
6. Considerando-se outras possíveis alterações, o verbo que se mantém corretamente **no singular**, com as propostas entre parênteses no final da frase para o segmento nela grifado, é:
- (A) ... como nenhum de nós *falaria.* (ninguém mais dentre os poetas)
- (B) ... fica a sua lembrança... (as marcas de sua lembrança)
- (C) ... porque tudo mudou na face das coisas... (uma e outra situação)
- (D) ... que sua voz ficou soando para sempre... (os ecos de sua voz)
- (E) ... aparece, tranquilo e terrível, demoniacamente belo, justo e verdadeiro, um gênio. (os gênios)
-
7. Há momentos no mundo em que todas as forças de uma nação se conjugam...
- A lacuna a ser corretamente preenchida pela expressão grifada acima está em:
- (A) Vários poetas, conquanto tenham morrido muito jovens, deixaram vasta obra, atesta sua genialidade e precocidade.
- (B) Versos há, na obra de poetas românticos, se encontram ideais caros à juventude, tais como o amor e a liberdade.
- (C) Alguns temas se dedicaram diferentes poetas, em qualquer época e em qualquer lugar, abrangem sentimentos de caráter universal.
- (D) Há magníficos versos, testemunhas poetas de todas as idades são capazes de alcançar grande força expressiva.
- (E) Castro Alves, embora tenha morrido muito jovem, foi o poeta se atribui o título de um dos maiores autores brasileiros.
-
8. *Para uma, no entanto, guardou ele as melhores palavras, as mais doces, as mais ternas, as mais belas. Essa noiva tem um nome lindo, negra: liberdade.*
- A opinião exposta por Jorge Amado encontra respaldo, principalmente, nos versos de Castro Alves transcritos em:
- (A) *Eras tu que, com os dedos ensopados
No sangue dos avós mortos na guerra,
Livre sagravas a Colúmbia terra,
Sagravas livre a nova geração!*
- (B) *Escravo, dá-me a c'roa de amaranto
Que mandou-me inda há pouco Afra impudente,
Orna-me a fronte... Enrola-me os cabelos
Quero o mole perfume do Oriente.*
- (C) *Vai funda a tempestade no infinito,
Ruge o ciclone túmido e feroz...
Uiva a jaula dos tigres da procela
– Eu sonho a tua voz –*
- (D) *Mas não...! Somente as vagas do sepulcro
Hão de apagar o fogo que em mim arde...
Perdoa-me, Senhora! ... Eu sei que morro...
É tarde! É muito tarde!...*
- (E) *Corre nas veias negras desse mármore
Não sei que sangue vil de messalina,
A cova, num bocejo indiferente,
Abre ao primeiro a boca libertina.*



Atenção: Para responder às questões de números 9 a 12, considere o texto abaixo.

Embora as maiores instituições humanas se alienem, ou enxovalhem, resta-nos sempre uma, tão nova nos lábios de Gladstone como nos de Péricles: a instituição divina da palavra, capaz só por só de reconquistar todas as outras, quando associada à misteriosa onipotência da verdade. Tiraram-lhe a majestade da tribuna, pela qual os parlamentos governam. Mas ficou-lhe a imprensa, que se impõe aos governos, domina os parlamentos, e instrui os povos. Considerada como órgão desta função, avulta incomparável, no mundo moderno, a sua grandeza. E é assim que a consideramos, que o seu prestígio nos fascina, que a sua beleza nos deslumbra, que a sua missão nos atrai, que as temeridades, os sacrifícios, os perigos da sua comunhão nos acenam, ainda hoje, com uma sedução diversa, mas às vezes não menos viva que a de vinte e sete anos atrás, quando o jornalismo arrebatou pela primeira vez no seu torvelinho a nossa mocidade.

Cada país, cada raça, cada estado social, cada época tem a sua imprensa, e, na mesma época, o Proteu reveste, para cada ambição, para cada parcialidade, para cada tendência, para cada apostolado, a sua forma, atenuada, ou típica, vivaz, ou decadente, confessa, ou dissimulada. As grandes nações coevas poderiam caracterizar-se cada qual pelo caráter do seu jornalismo. Mas através das variedades que o diversificam, das especialidades, que o enriquecem, das excentricidades que o desnaturam, a origem do seu valor, do seu poderio, da sua resistência indestrutível está na transparência luminosa da sua ação sobre a sociedade, na sua correspondência com os sofrimentos populares, na sua solidariedade com as reivindicações do direito, na irreconciliabilidade da sua existência com a da ignorância, a da mentira, a da torpeza.

Obs.: **Proteu** – um deus do mar, capaz de se metamorfosear em todas as formas que desejasse, fossem animais ou quaisquer outros elementos, como água ou fogo.

Ortografia atualizada segundo as normas vigentes.

(Rui Barbosa. **Campanhas jornalísticas**. 4. ed. São Paulo: Edigraf, 1972. p. 138-139)

9. Está correto o que se afirma em:

- (A) Como meio de propagação de ideias, a imprensa livre recupera o prestígio da palavra falada, ainda que eventualmente se mostre parcial ao dissimular a verdade dos fatos, no interesse de manutenção da ordem social.
- (B) Do mundo antigo ao moderno, a palavra falada, ora substituída pela imprensa, bastou para que governantes se sobrepusessem aos interesses e aos designios das respectivas sociedades.
- (C) Somente o respeito à verdadeira palavra, associado intrinsecamente aos governantes, de modo geral, garante-lhes tanto a soberania sobre seus governados, quanto a ordem necessária ao convívio social.
- (D) O jornalismo, herdeiro das tradições originárias do hábito de ouvir os discursos de governantes de todas as épocas, tem perdido prestígio, atualmente, em razão de nem sempre manter-se imparcial em relação aos fatos noticiados.
- (E) A imprensa, tendo sucedido aos discursos e à palavra falada, tem máxima importância atualmente em sua atuação na sociedade, desde que se mantenha nos estritos limites éticos da verdade.

10. Considerada como órgão desta função, avulta incomparável, no mundo moderno, a sua grandeza.

O sentido da afirmativa acima está corretamente reproduzido, em linhas gerais, dentro do contexto do 1º parágrafo, com clareza e lógica, em:

- (A) A função que a imprensa tem no mundo moderno, em que se vive hoje, é de ser extraordinariamente grande, por ser de uso de governos.
- (B) No mundo moderno atualmente, a imprensa tem função tida como que superior a todas as instituições, quer de governo, quer de ensino.
- (C) A imprensa, palco de disseminação de ideias e de conhecimentos, assume extraordinária relevância no mundo moderno.
- (D) O palco que se encontra como meio da imprensa, no mundo moderno, está sendo de importância relevante, com função de instrução.
- (E) Nessa função de governo e de ensino, a imprensa, vem aparecendo como vulto sem comparação, no mundo moderno.

11. Considere as afirmativas seguintes a respeito da regência de alguns verbos transcritos do texto e do sentido que lhes é atribuído. Está INCORRETO o que consta em:

- (A) No 1º parágrafo, a frase *Tiraram-lhe a majestade da tribuna* pode ser substituída, sem outra alteração, por: **Arrebataram dela a majestade da tribuna**.
- (B) No 2º parágrafo, o verbo da frase que se inicia por *o Proteu reveste* está empregado sem necessidade de complemento diretamente ligado a ele.
- (C) No 1º parágrafo, a frase *Mas ficou-lhe a imprensa* apresenta sentido de **Porém tocou a ela por quinhão a imprensa**, respeitada a regência do verbo que substitui o original.
- (D) O pronome **nos**, subordinado aos verbos do 1º parágrafo grifados em *que a sua beleza nos deslumbra, que a sua missão nos atrai*, pode ser substituído por **a nós**, com alteração apenas de sua colocação em cada uma das frases.
- (E) O verbo grifado na frase transcrita do 1º parágrafo, *que a consideramos*, apresenta um único complemento, expresso pelo pronome **a**.

12. ... quando associada à misteriosa onipotência da verdade. (1º parágrafo)

Mantém-se corretamente o **à** – com o sinal indicativo de crase – se o segmento grifado for substituído por:

- (A) uma característica que a identifica.
- (B) cada tendência de pensamento.
- (C) valores dispersos na sociedade.
- (D) defesa dos direitos sociais.
- (E) qualquer ação esclarecedora dos fatos.

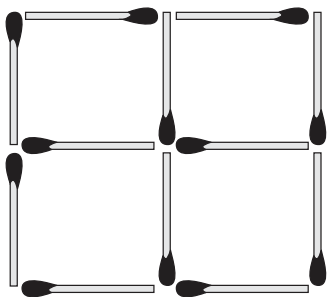
Raciocínio Lógico-Matemático

13. Em uma concessionária de automóveis, cinco carros de cores diferentes (vermelho, azul, branco, preto e prata) foram expostos em fila, em ordem decrescente de preço. O carro vermelho que foi exposto é mais caro do que o prata, mas é mais barato do que o branco. Além disso, sabe-se que o carro preto ficou imediatamente depois do carro prata na fila. Apenas com essas informações, pode-se concluir que o carro mais barato do grupo

- (A) pode ser o azul ou o preto.
- (B) certamente é o branco.
- (C) pode ser o branco ou o azul.
- (D) certamente é o preto.
- (E) pode ser o branco ou o preto.



14. Para montar, com palitos de fósforo, o quadriculado 2×2 mostrado na figura a seguir, foram usados, no total, 12 palitos.



Para montar um quadriculado 6×6 seguindo o mesmo padrão, deverão ser usados, no total,

- (A) 64 palitos.
- (B) 72 palitos.
- (C) 84 palitos.
- (D) 96 palitos.
- (E) 108 palitos.

15. Nas somas mostradas a seguir, alguns dígitos do nosso sistema de numeração foram substituídos por letras. No código criado, cada dígito foi substituído por uma única letra, letras iguais representam o mesmo dígito e letras diferentes representam dígitos diferentes.

$$\begin{array}{ll} P + P = S & H + H = U \\ S + S = H & M + M = PS \end{array}$$

Utilizando o mesmo código, pode-se deduzir que o resultado da soma $S + H$ é igual a

- (A) P.
- (B) M.
- (C) U.
- (D) PH.
- (E) SM.

Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União – Lei nº 8.112/90

Processo Administrativo – Lei nº 9.784/99

Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região

16. Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região – TRT/BA ficará sujeito ao estágio probatório, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objetos de análise para o desempenho do cargo. A avaliação de desempenho do servidor será submetida à homologação da autoridade competente
- (A) quatro meses antes de findo o período do estágio probatório.
 - (B) dois meses antes de findo o período do estágio probatório.
 - (C) três meses antes de findo o período do estágio probatório.
 - (D) um mês antes de findo o período do estágio probatório.
 - (E) seis meses antes de findo o período do estágio probatório.

17. A Lei nº 8.112/90, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, estabelece que as penalidades disciplinares são: advertência, suspensão, demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, destituição de cargo em comissão e destituição de função comissionada. Nos termos desse regramento legal, é regra atinente às penalidades:

- (A) a suspensão será aplicada no caso de violação das proibições que não tipifiquem infração sujeita à penalidade de destituição de cargo em comissão.
- (B) a pena de suspensão não pode ser convertida em multa.
- (C) o cancelamento das penalidades de advertência e de suspensão surte efeitos retroativos.
- (D) ao caso de conduta escandalosa na repartição é aplicada a suspensão de 30 dias.
- (E) os antecedentes funcionais são considerados na aplicação das penalidades.

18. Nos termos da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, algumas pessoas têm prioridade na tramitação processual. Num determinado dia foram protocolizados cinco processos. No processo A figura como parte um homem de 61 anos; no B uma mulher de 45 anos portadora de deficiência física; no C um homem de 45 anos portador de esclerose múltipla; no D um jovem de 24 anos portador da síndrome da imunodeficiência adquirida; no E uma mulher de 61 anos. Nos termos desse regramento, terão tramitação prioritária os processos

- (A) B, C, D e E.
- (B) C, D e E.
- (C) A, B, C, D e E.
- (D) A, C, D e E.
- (E) B, C e D.

19. No julgamento de matéria judiciária, recursos administrativos e infrações disciplinares, o Regimento Interno do TRT/BA prevê que NÃO poderão integrar o mesmo órgão fracionário do Tribunal, nem atuar simultaneamente, inclusive no Tribunal Pleno,

- (A) cônjuges.
- (B) cônjuges e companheiros.
- (C) cônjuges, companheiros, parentes consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o 1º grau.
- (D) cônjuges, companheiros, parentes consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o 2º grau.
- (E) cônjuges, companheiros, parentes consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o 3º grau.

20. O Regimento Interno do TRT/BA regula os casos de substituições. Caso haja a necessidade do afastamento do Vice-Presidente, durante o segundo ano de mandato, ele será substituído, na forma da lei, pelo

- (A) Presidente, de forma cumulativa.
- (B) Corregedor Regional.
- (C) Vice-Corregedor Regional.
- (D) Desembargador mais antigo.
- (E) Presidente do Órgão Especial.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. O trabalho constitui-se em categoria central para o modo de produção capitalista. Numa leitura crítica, a exploração do trabalho tem relação direta com a Questão Social. Neste contexto, pode-se afirmar:
- I. o trabalhador precisa vender sua força de trabalho, estabelecendo uma relação de emprego e uma relação salarial.
 - II. na sociedade comandada pelo capital, o trabalho promove exploração e alienação, sendo assim, o trabalho assalariado desumaniza o trabalhador.
 - III. o processo de trabalho submete-se à lei geral da acumulação capitalista que não promove maior distribuição de riqueza e sim maior desigualdade.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I e II, apenas.
 - (B) II e III, apenas.
 - (C) I e III, apenas.
 - (D) III, apenas.
 - (E) I, II e III.
-
22. Para Maria Carmelita Yazbek (2012), a Questão Social pode ser compreendida como
- (A) resultante da divisão da sociedade em classes e da disputa pela riqueza socialmente gerada, cuja apropriação é extremamente desigual no capitalismo. Supõe, desse modo, a consciência da desigualdade e a resistência à opressão por parte dos que vivem de seu trabalho.
 - (B) consequência do modelo de proteção social e do modo como a sociedade, especialmente as classes populares, se relacionam com as oportunidades que o atual sistema capitalista lhes oferece.
 - (C) decorrente da burocracia do Estado centralizador, próprio dos modelos econômicos de inspiração socialista.
 - (D) resultante do escravismo que antecede a sociedade de classes capitalista e que gerou um pauperismo sem proteção social do Estado, portanto, não tem relação imediata com o modo capitalista de produção e tão pouco com a sociedade de classe.
 - (E) um fenômeno coletivo e plural que advém da lógica mercantilista de instalação das economias na Europa central instaurada a partir do século XV, do que decorreu a dependência econômica dos países colonizados.
-
23. Nos anos 1930, quando a economia brasileira deixava de ter predominância agroexportadora e passava a ser também urbano-industrial, a emergência do sistema de seguridade social brasileiro no campo estatal foi marcada pela proteção
- (A) aos escravos livres em função da edição da lei de terras.
 - (B) ao trabalho, tendo como inspiração o modelo bismarkiano.
 - (C) ao trabalho formal no campo para que não houvesse evasão exagerada de seus trabalhadores.
 - (D) a crianças e adolescentes regulando as leis trabalhistas com limitação de carga horária de trabalho para esse segmento.
 - (E) à saúde maternoinfantil oferecida pela rede de Santas Casas de Misericórdia.
-
24. As políticas sociais no contexto da economia capitalista têm potencial para por em pauta as iniquidades geradas por esse sistema e, também podem permitir a
- (A) superação total deste sistema, pois apenas com a ampliação da população nas políticas assistenciais será capaz de garantir a consciência coletiva.
 - (B) interrupção do canal de denúncias pelos movimentos sociais, na medida em que historicamente no Brasil e no mundo as políticas sociais tiveram marcas paternalistas.
 - (C) efetivação dos direitos sociais inseridos na agenda pública, tanto nacional como internacional, assim como as expressões da questão social, quando colocadas no campo da correlação de forças.
 - (D) possibilidade de redistribuição de renda, até porque existe um antagonismo entre política social e o princípio de universalidade.
 - (E) organização de uma pauta por direitos que supere a sociedade de classe.
-
25. Em uma perspectiva crítica, é correto afirmar que Política Social
- I. é sempre um resultado que envolve mediações complexas – socioeconômicas, políticas, culturais, e sujeitos políticos / forças sociais / classes sociais que se movimentam e disputam hegemonia nas esferas estatal, pública e privada.
 - II. é sempre resultado de um processo conflituoso de negociação e luta de classes e seus segmentos, que se colocam em condições desiguais nas arenas de negociação disponíveis no Estado democrático de direito, o que leva a conflitos também extrainstitucionais.
 - III. é como um apanhado, exclusivamente, de inserção objetiva no mundo do capital, sem a influência da luta de interesses dos sujeitos e sem relação com processos na totalidade.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
 - (B) I e II, apenas.
 - (C) II e III, apenas.
 - (D) I e III, apenas.
 - (E) I, II e III.



26. A Constituição Federal de 1988, em seu capítulo intitulado “dos direitos e deveres individuais e coletivos”, ao se referir aos direitos trabalhistas, afirma:
- (A) Igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.
 - (B) Direitos assegurados ao trabalhador formal são iguais aos de vínculos informais pelo período de estágio probatório e posterior a esse período passa a valer os critérios de flexibilidade.
 - (C) A condição de trabalhador avulso só pode ser aplicada ao trabalho temporário no campo, portanto, valem os direitos específicos previstos ao trabalhador rural.
 - (D) Os direitos assegurados ao trabalhador avulso são os mesmos dos com vínculo empregatício permanente, excetuando o direito a férias remuneradas e 13º salário.
 - (E) Existe legislação específica diferenciando os direitos dos trabalhadores com vínculo empregatício permanente e dos trabalhadores chamados de avulsos.
-
27. A atual legislação brasileira regulamenta o trabalho para adolescentes aprendizes, assim como a sua formação técnico-profissional. Na condição de Assistente Social atuando no Tribunal Regional do Trabalho, ao se deparar com situações que envolvam a temática da formação técnico-profissional do adolescente, deve-se balizar sua atuação pelos seguintes ditames:
- (A) Garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular; atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente; horário especial para o exercício das atividades.
 - (B) Ao adolescente até doze anos de idade é assegurada bolsa de aprendizagem; atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente; garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular.
 - (C) Ao adolescente com deficiência não é permitido o trabalho, portanto, não terá assegurado os direitos positivados para o caso da pessoa com deficiência, conforme definida na atual política setorial, mas ficam válidos os demais direitos como: garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular; atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente.
 - (D) Ao adolescente aprendiz, maior de doze anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários; a bolsa aprendizagem e o direito de acesso ao ensino regular.
 - (E) Apenas para os casos de adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não governamental, é permitido o trabalho noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte.
-
28. A Constituição Federal de 1988 recebeu uma emenda em 2010 concernente ao Artigo 6º que trata dos direitos sociais, ficando assim descrito:
- (A) São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desempregados.
 - (B) Na emenda descrita, o termo segurança foi retirado, pois esta não pode ser considerada política social pública.
 - (C) São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.
 - (D) A emenda mantém o texto original, apenas com o acréscimo do direito à infância em função da promulgação do Estatuto da Criança e Adolescente – ECA.
 - (E) A Carta Constitucional emendada em 2010 suprime o termo “assistência aos desamparados”, pois o mesmo não corresponde à terminologia adotada após a emergência do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.
-
29. Solicita-se a um Assistente Social orientar um servidor quanto à violência praticada contra um parente idoso. No que concerne aos canais de denúncia, cabe ao serviço de saúde que atendeu o idoso agredido proceder à denúncia nos seguintes órgãos:
- (A) Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal do Idoso e Polícia Federal.
 - (B) Juiz da Vara do Idoso, Secretaria Municipal do Idoso e Instituições Sociais de atenção ao Idoso.
 - (C) Secretaria Municipal dos direitos humanos, órgão público federal; disque denúncia no 107 e serviço público de saúde de referência.
 - (D) Serviço de atenção sociofamiliar vinculado à Secretaria Nacional dos Direitos do Idoso, Programa de Atenção Especial à Família – PAEFI e Delegacia de Atenção ao Idoso.
 - (E) Autoridade policial, Ministério Público, Conselho Municipal do Idoso, Conselho Estadual do Idoso e Conselho Nacional do Idoso.
-
30. A Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, modificada em 2011 pela Lei nº 12.435, define, em seu Artigo 3º, que:
- (A) consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que prestam atendimento às famílias de comprovada necessidade, em consonância com o disposto no artigo 1º dessa mesma Lei que trata sobre a identificação da necessidade social.
 - (B) consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos.
 - (C) as entidades e organizações assistenciais são aquelas que receberam o atestado de fins filantrópicos emitido pelo Conselho Nacional de Assistência Social.
 - (D) as entidades e organizações assistenciais são aquelas que receberam o atestado de fins filantrópicos emitido pelo Departamento de Certificação da rede socioassistencial privada.
 - (E) consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei. Retira-se da atual edição aquelas destinadas à defesa de direitos, pois estas podem estar vinculadas a outras políticas sociais.



31. No que concerne à rede socioassistencial privada, é competência do Conselho Nacional de Assistência Social:
- I. normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social.
 - II. acompanhar e fiscalizar o processo de certificação das entidades e organizações de assistência social no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
 - III. apreciar relatório anual que conterà a relação de entidades e organizações de assistência social certificadas como beneficentes e encaminhá-lo para conhecimento dos Conselhos de Assistência Social dos Estados, Municípios e do Distrito Federal.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.

32. A concepção de saúde que fundamenta o Sistema Único de Saúde – SUS baseia-se na

- (A) assertiva de que a doença é um fenômeno essencialmente físico/biológico que decorre da ausência de um processo de educação em saúde, daí a necessidade de dirigir as ações, prioritariamente, para a população mais pobre.
- (B) predominância da configuração da doença e do indivíduo como o principal vetor dos sistemas epidemiológicos.
- (C) compreensão que a utilização Código de Identificação das Doenças – CID é o melhor indicador para definir a rede de serviços e as responsabilidades dos entes federados.
- (D) inclusão de condicionantes econômicos, sociais, culturais e bioecológicos, em uma visão abrangente e integrada dos serviços de saúde.
- (E) predominância da condicionante biológica no acometimento das doenças e a ampliação da saúde especializada, que lança mão dos avanços tecnológicos e que são fundamentais para a organização desse sistema em todo o território nacional.

33. A atuação do Assistente Social na saúde deve pautar-se

- (A) pelo fortalecimento do trabalho em equipe, apoio à construção de redes cooperativas; fortalecimento do controle social, construção e autonomia dos sujeitos coletivos.
- (B) na composição da equipe, na perspectiva de complementar o ato médico para a garantia das condições de tratamento das doenças.
- (C) na construção das redes cooperativas, mas, sobretudo nas que dizem respeito ao apoio de abrigamento por ocasião da alta hospitalar, ou seja, ter sempre como foco a continuação do cuidado pela família e/ou por instituição privada de cunho assistencial.
- (D) pela identificação adequada das necessidades sociais que determinam o binômio saúde/doença e fortalecimento da equipe para que os diferentes saberes possam balizar a ação, considerando a supremacia do campo biológico, por se tratar da área da saúde.
- (E) pelo trabalho em grupo com os usuários e familiares com a perspectiva de elucidar e explicar aos pacientes dos serviços sobre seu atual estado de saúde/doença.

34. A política de redução de danos no campo da saúde mental prevê o estabelecimento de estratégias de redução de danos voltadas para minimizar as consequências do uso indevido de drogas. Tais ações devem ser destinadas a

- (A) minimizar as consequências do uso indevido somente de drogas lícitas, o que inclui, sobretudo, o uso continuado de medicamentos controlados.
- (B) diminuir o impacto dos problemas socioeconômicos, culturais e dos agravos à saúde associados, exclusivamente, ao uso do álcool.
- (C) garantir o apoio à implementação, divulgação e acompanhamento das iniciativas e estratégias de redução de danos desenvolvidas, exclusivamente, por organizações não governamentais, pois ainda não há amparo científico para essa metodologia de intervenção e, portanto, não poderá ser admitida na rede pública.
- (D) minimizar as consequências do uso indevido, não somente de drogas lícitas e ilícitas, bem como de outras substâncias.
- (E) ampliar as possibilidades de atenção no campo da saúde mental, no entanto, sem comprometimento da fiscalização e do financiamento dos órgãos vinculados ao Ministério da Saúde, pois esta modalidade terapêutica não tem como definir indicadores de eficiência e eficácia.



35. O Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras drogas apresenta como objetivos:

- I. estruturar, integrar, articular e ampliar as ações voltadas à prevenção do uso, tratamento e reinserção social de usuários de Crack e outras drogas, contemplando a participação dos familiares e a atenção aos públicos vulneráveis, entre outros, crianças, adolescentes e população em situação de rua; estruturar, ampliar e fortalecer as redes de atenção à saúde e de assistência social para usuários de Crack e outras drogas, por meio da articulação das ações do Sistema Único de Saúde – SUS com as ações do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.
- II. capacitar, de forma continuada, os atores governamentais e não governamentais envolvidos nas ações voltadas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários de Crack e outras drogas e ao enfrentamento do tráfico de drogas ilícitas; promover e ampliar a participação comunitária nas políticas e ações de prevenção do uso, tratamento, reinserção social e ocupacional de usuários de Crack e outras drogas e fomentar a multiplicação de boas práticas.
- III. disseminar informações qualificadas relativas ao Crack e outras drogas; fortalecer as ações de enfrentamento ao tráfico de Crack e outras drogas ilícitas em todo o território nacional, com ênfase nos Municípios de fronteira.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

36. O serviço social, enquanto profissão, insere-se na divisão sociotécnica do trabalho. Segundo Yamamoto (2005), a atuação profissional

- (A) responde, exclusivamente, às demandas do capital, pois não há saídas profissionais a este modelo econômico, não permitindo a possibilidade de fortalecer o capital e o trabalho na mediação do seu oposto.
- (B) supõe apreender a chamada prática profissional profundamente condicionada pelas relações entre Estado e Sociedade Civil, ou seja, pelas relações entre as classes na sociedade.
- (C) está deslocada deste contexto, pois as produções de conhecimento na área começam a mostrar a necessidade de não abordar o serviço social como trabalho.
- (D) deve permitir que os profissionais coloquem-se acima da contradição capital – trabalho, para que os usuários dos serviços a suspendam de seu cotidiano e busquem formas de superação de sua pobreza.
- (E) deve reforçar os direitos sociais, no entanto, estes não podem e não alteram o modo como as relações entre os indivíduos sociais se estruturam.

37. O Assistente Social no exercício de sua profissão deve:

- I. Adotar as estratégias técnicas, ter capacidade de leitura da realidade social, conjuntural e estruturalmente, demonstrar habilidade no trato das relações humanas e atuar na perspectiva do trabalho interdisciplinar.
- II. Dominar teórica e tecnicamente o conjunto de fatores vinculados às relações de poder institucional, assim como os objetivos e demandas da instituição empregadora e os recursos postos à disposição pela instituição.
- III. Conhecer com profundidade as garantias afiançadas pelas políticas sociais específicas e a realidade social da população usuária dos serviços prestados.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

38. O Assistente Social, em sua atuação cotidiana, deve utilizar de todo o arcabouço teórico, técnico e ideológico para balizar essa atuação. Nesta linha, em consonância com o Código de Ética em vigor, deve pautar-se pela

- (A) necessidade de acomodar-se ao cotidiano profissional, em função dos limites e possibilidades de ampliar ou não o acesso aos serviços.
- (B) mediação entre o projeto institucional e o código de ética profissional que reconhece o assistente social como um profissional, cuja circunscrição nas relações humanas tem limites na sua atuação cotidiana.
- (C) defesa da manutenção das regras igualitárias da organização que reconhece os usuários como iguais perante a lei, exceto para os casos em que o cidadão usuário for réu confesso na justiça criminal.
- (D) universalidade, liberdade, democracia, cidadania e equidade social.
- (E) defesa de que a ordem capitalista tem como primado o direito de oportunidades iguais para todos, portanto, o fazer profissional deve incentivar o desempenho individual de cada cidadão.



39. Atuando como Assistente Social junto ao TRT, foi-lhe solicitado a elaboração de um parecer social que pode ser definido por:
- (A) opinião profissional do Assistente Social com base na observação e estudo de uma dada situação, constituindo-se instrumento de viabilização de direitos e também como um meio de realização de um compromisso profissional com os usuários, tendo em vista a equidade, a justiça social e a cidadania.
 - (B) posicionamento do profissional de serviço social quanto aos direitos a serem afeiçoados, mas para ser completo deve conter o posicionamento dos demais profissionais da equipe sobre as condições sociais do usuário.
 - (C) resumo dos dados, preferencialmente, colhidos junto a todos os membros da família, pois as políticas sociais nos dias atuais têm como enfoque a matricialidade sociofamiliar, o que aponta para o fato de que só as informações do sujeito em atendimento não são mais suficientes para garantir uma boa intervenção.
 - (D) opinião profissional do Assistente Social com base na observação e estudo de uma dada situação, no entanto, não deve ter como pressuposto as garantias de equidade e justiça social, pois o profissional não está obrigado a conduzir-se pelos princípios do projeto ético-político do serviço social.
 - (E) ao ser chamado a cumprir essa atribuição de elaboração do parecer social, o profissional deve se recusar, pois com base nos atuais pressupostos do serviço social, a condensação de informações registradas num instrumento pode servir como modo de expor o usuário do serviço.
-
40. Uma instituição sugere que o Assistente Social participe do processo avaliativo de um de seus projetos sociais. Segundo Myrian Veras Baptista (2000), para que essa avaliação seja consistente é necessário
- (A) levantar todas as variáveis dependentes e independentes que permearam o processo de trabalho, além de organizar um dossiê minucioso sobre os custos do projeto.
 - (B) organizar uma linha de raciocínio sistêmico, tendo como pressuposto aspectos do *input* e *output*, considerando que os objetivos devem se ajustar aos meios.
 - (C) abandonar o enfoque fragmentário, pensar a proposta a partir de premissas metodológicas que ponham ênfase na totalidade, no caráter histórico dos processos sociais e no objetivo transformador.
 - (D) abandonar o enfoque fragmentário que enfatizem a totalidade e a historicidade dos processos sociais, mas que sempre considerem os objetivos ajustadores, pois a ferramenta do planejamento será sempre funcionalista.
 - (E) estabelecer juízo de valor sobre os fatos e processos decorridos desde o início do projeto, considerando que uma avaliação só respeitará os princípios dialéticos se for privilegiada a dimensão subjetiva.
-
41. A ação investigativa própria do trabalho do Assistente Social deve pautar-se por
- (A) voltar totalmente ao senso comum, pois o intelectualismo fundamentado na metodologia científica não permite avançar no conhecimento.
 - (B) usar, para o caso da pesquisa social, apenas dados da realidade atual, pois o passado pode impedir os processos de transformação da realidade atual.
 - (C) atrelar as responsabilidades de pesquisador e intelectual ao futuro, sobretudo às contradições que o autor reconhece como tumultos.
 - (D) participar ativamente da realidade social e atentar para os dilemas que atingem a coletividade, buscando um processo permanente de renovação.
 - (E) manter vigilante sobretudo à história das políticas sociais, pois estas permitem reconstruir as histórias individuais dos sujeitos atendidos nos serviços sociais.
-
42. O Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS é uma unidade pública que possui como característica a
- (A) abrangência e gestão essencialmente regional, não sendo permitida a gestão municipal, pois cabe ao município somente a gestão do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.
 - (B) prestação de serviços a indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal ou social com foco no desenvolvimento de atividades preventivas.
 - (C) prestação de serviços a indivíduos e familiares que se encontram com direitos violados que demandam intervenções da proteção social especial.
 - (D) abrangência e gestão municipal, pois não cabe à esfera estadual a gestão desse equipamento público, mesmo quando regionalizado.
 - (E) oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF com o objetivo de prevenir o rompimento de vínculos familiares.



43. Todo o cidadão pode enfrentar uma contingência social que não foi planejada, de ocorrência incerta, mas possível de acontecer, e que pode implicar riscos (ameaças de sérios padecimentos), perdas (privação de bens e segurança social) e danos (agravos sociais e ofensas à integridade moral e cívica de pessoas e famílias). Parcela da população que enfrenta essas contingências sociais necessitam de provisões pontuais previstas no Art. 22 da Lei Orgânica da Assistência Social que podem ser identificadas como
- (A) benefícios eventuais que são prestados aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.
 - (B) programas de transferência de renda que visam ao repasse direto de recursos aos beneficiários como forma de acesso à renda, visando ao combate à fome, à pobreza e outras formas de privação de direitos que levem à situação de vulnerabilidade social.
 - (C) programas que compreendem ações integradas e complementares, com objetivos, tempo e área de abrangência, definidos para qualificar, incentivar, potencializar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais.
 - (D) serviços que visam à melhoria da vida da população, cujas ações estejam voltadas para as necessidades básicas da população, observando os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas na legislação.
 - (E) projetos que se caracterizam como investimentos econômicos sociais nos grupos populacionais em situação de pobreza buscando subsidiar técnica e financeiramente iniciativas que lhes garantam meios e capacidade produtiva e de gestão, para a melhoria das condições gerais de subsistência.
-
44. O Assistente Social, ao prestar atendimento a uma pessoa com deficiência, identifica o desconhecimento desta quanto ao direito de acesso ao passe livre no sistema de transporte coletivo interestadual. O profissional orienta que se considera, dentre os critérios/procedimentos de acesso ao benefício,
- (A) ser pessoa com deficiência física, mental, auditiva, visual, ou renal crônica com renda familiar mensal, per capita, de até 1 (um) salário mínimo.
 - (B) renda familiar mensal, per capita, de até 1/4 (um quarto) do salário mínimo.
 - (C) a necessidade do preenchimento de adesão do beneficiário em formulário específico para ser extensivo ao direito de acesso ao transporte urbano ou intermunicipal dentro do mesmo estado que reside o solicitante.
 - (D) a apresentação de Atestado (laudo) da Equipe Multiprofissional do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, comprovando a deficiência ou a incapacidade do interessado.
 - (E) o envio de documentos de identificação (Certidão de Nascimento; Certidão de Casamento; Certificado de Reservista; Carteira de Identidade; Carteira de Trabalho e Previdência Social; Título de Eleitor; Carteira Nacional de Habilitação e Atestado) para o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado em que a pessoa residir.
-
45. O Benefício de Prestação Continuada – BPC é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família. A partir das prerrogativas do Decreto nº 7.617/2011, é correto afirmar, no que se refere a esse benefício, a
- (A) impossibilidade de acumulação do benefício com a remuneração advinda do contrato de aprendizagem pela pessoa com deficiência.
 - (B) possibilidade de acumulação do benefício com a atividade remunerada, inclusive na condição de microempreendedor individual.
 - (C) pessoa com deficiência, beneficiária do BPC, ao exercer atividade remunerada, na condição de microempreendedor individual, terá seu benefício cessado, impossibilitando-o de ser reativado depois de extinta a atividade empreendedora.
 - (D) possibilidade de acumular com o pagamento do seguro-desemprego.
 - (E) pessoa com deficiência, contratada por empresas na condição de aprendiz, poderá acumular o benefício com a remuneração da aprendizagem profissional, pelo prazo máximo de dois anos.
-
46. O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas ao adolescente que pratique ato infracional. Pode-se afirmar que são direitos individuais do adolescente submetido ao cumprimento de medida socioeducativa:
- I. Ser acompanhado por seus pais ou responsável e por seu defensor, em qualquer fase do procedimento administrativo ou judicial.
 - II. Ser incluído em programa de meio aberto quando inexistir vaga para o cumprimento de medida de privação da liberdade, exceto nos casos de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa, quando o adolescente deverá ser internado em Unidade mais próxima de seu local de residência.
 - III. Receber, sempre que solicitar, informações sobre a evolução de seu plano individual, participando, obrigatoriamente, de sua elaboração e, se for o caso, reavaliação.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
 - (B) I e II, apenas.
 - (C) II e III, apenas.
 - (D) I e III, apenas.
 - (E) I, II e III.



47. O Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na articulação e integração das diferentes instâncias, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente. Para tanto, foram definidos eixos para a sua viabilização que são compreendidos como:
- I. Eixo da Defesa dos Direitos Humanos: os órgãos públicos judiciais; Ministério Público, especialmente as Promotorias de Justiça, as Procuradorias-gerais de Justiça; Defensorias Públicas; Advocacia Geral da União e as Procuradorias-gerais dos Estados; Polícias; Conselhos Tutelares; Ouvidorias e Entidades de Defesa de Direitos Humanos incumbidas de prestar proteção jurídico-social.
 - II. Eixo do Controle Governamental: realizado através de instâncias públicas tais como: 1) Secretarias Municipais da área da Criança e do Adolescente; 2) Secretarias Estaduais e Federal da área da Criança e do Adolescente; e 3) os órgãos e os poderes de controle como o Tribunal de Contas do Estado e o Tribunal de Contas da União.
 - III. Eixo da Promoção dos Direitos: a política de atendimento dos direitos humanos de crianças e adolescentes operacionaliza-se através de três tipos de programas, serviços e ações públicas: 1) serviços e programas das políticas públicas, especialmente das políticas sociais, afetos aos fins da política de atendimento dos direitos humanos de crianças e adolescentes; 2) serviços e programas de execução de medidas de proteção de direitos humanos e; 3) serviços e programas de execução de medidas socioeducativas e assemelhadas.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
 - (B) I e II, apenas.
 - (C) II e III, apenas.
 - (D) I e III, apenas.
 - (E) I, II e III.
-
48. O Ministério Público deve ser acionado para adoção de medidas com a finalidade de proteger a pessoa idosa que esteja enfrentando situação de risco na condição de que
- (A) seja vítima de algum crime, como furto, roubo, lesão corporal, maus-tratos, cárcere privado.
 - (B) esteja abandonada pela família, vítima de maus-tratos por parte de seus familiares, negligenciada pelos familiares e/ou pelo cuidador, maltratada nas instituições de longa permanência.
 - (C) houve perda de documentos ou o cartão de benefícios do INSS.
 - (D) tenha saído para suas atividades diárias e não retornar a sua residência, configurando um possível desaparecimento.
 - (E) há necessidade de orientação jurídica ou atuação em juízo, em casos como: pensão alimentícia, interdição, alvará, despejo, consignação em pagamento.
-
49. O Art. 40 do Estatuto do Idoso prevê gratuidade no sistema de transporte coletivo interestadual para pessoa idosa com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários-mínimos. O Assistente Social, ao prestar atendimento a um idoso que não possui meios de comprovação da renda, irá encaminhar o referido idoso
- (A) à Secretaria Municipal de Assistência Social para elaboração do atestado de pobreza.
 - (B) à autoridade vinculada ao Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário que possui a atribuição de elaborar a declaração de ausência de renda.
 - (C) ao Promotor de Justiça que possui autoridade para atestar a ausência de meios comprobatórios de rendimento.
 - (D) à Secretaria Municipal de Assistência Social para as providências necessárias à confecção da carteira do Idoso.
 - (E) ao Conselho Municipal dos Direitos do Idoso que possui a prerrogativa legal para a elaboração da Carteira do Idoso.
-
50. O Assistente Social é chamado a realizar o monitoramento e avaliação de um programa social na área da infância e adolescência. Para tanto, é necessária a produção de informação qualificada e sistematizada sobre o programa, tendo como foco a qualidade da gestão. Nessa linha, o profissional parte da compreensão de que
- (A) o aspecto principal a ser observado são as atividades de controle da Administração pública, por meio da legalidade dos atos administrativos.
 - (B) o cumprimento das normas adequadas da Administração pública, ao alcance das metas e à execução de programas e orçamentos, é que trará, fundamentalmente, a eficiência, efetividade e eficácia necessária ao programa.
 - (C) o processo instituído para correção de desperdícios, improbidade, negligência e omissão que demonstrará a seriedade da gestão do programa e, conseqüentemente, será o mecanismo de mensuração da qualidade dos resultados obtidos. Essa forma de realização do monitoramento e avaliação de programa faz parte da metodologia da nova governança instituída, que tem como objeto o bem-estar e os serviços sociais.
 - (D) se ater na verificação da aplicação de recursos públicos segundo critérios técnicos, operacionais ou legais, desencadeará, automaticamente, a qualidade de gestão desejada.
 - (E) é necessário, a partir da coleta regular de dados, o processamento e a transmissão dos dados, produção de indicadores com base nos dados, acompanhamento e a análise dos indicadores, avaliar os processos que favorecem ou dificultam a implementação do programa, suas dimensões organizacionais e institucionais, bem como, os resultados, que englobam o desempenho, referindo-se ao impacto e aos efeitos produzidos.



51. O salário-família é um benefício previdenciário que possui como critério, dentre outros,
- (A) ser segurado da Previdência Social e possuir filhos de, até 16 anos de idade, ou inválidos de qualquer idade.
 - (B) a exigência de tempo mínimo de contribuição de 6 meses.
 - (C) ser segurado da Previdência Social e estar em exercício da atividade profissional, pois o desempregado não tem direito a esse benefício.
 - (D) destinado ao trabalhador, independentemente do valor de seu salário.
 - (E) destinado ao trabalhador segurado empregado, o doméstico, ao trabalhador avulso e ao trabalhador avulso aposentado por invalidez, por idade ou em gozo de auxílio-doença.
-
52. O Assistente Social, ao prestar atendimento a uma mulher que possui 3 filhos com idades de 08, 14 e 18 anos, identifica que seu marido está preso e é segurado da Previdência Social. Para que tenha direito ao auxílio-reclusão, o critério que deve ser observado é:
- (A) O marido esteja preso sob regime fechado, semi-aberto, em livramento condicional ou cumprindo pena em regime aberto.
 - (B) O segurado não esteja em gozo de auxílio-doença ou aposentadoria para ter direito ao benefício.
 - (C) O número de filhos que possui, pois o benefício é pago, proporcionalmente, à quantidade destes.
 - (D) A existência de conta bancária em nome do preso, pois o benefício é pago diretamente ao preso.
 - (E) A existência de filho menor de 21 anos, pois acima desta idade, em nenhuma hipótese será considerado como dependente.
-
53. Ao tratar da temática da internação em saúde mental, o profissional deve considerar os aspectos legais que envolvem essa questão. É correto afirmar que a internação
- (A) pode ser indicada a qualquer momento, mediante parecer médico, independentemente dos recursos extra-hospitalares terem sido efetuados.
 - (B) psiquiátrica deve ser a primeira opção para o tratamento das pessoas que sofrem transtornos mentais para que a situação não se agrave.
 - (C) involuntária deve ser utilizada, após avaliação médica e para esse caso, é dispensável a autorização da família da pessoa que sofre transtorno mental ou seu responsável legal.
 - (D) compulsória é aquela determinada pelo médico, após sua avaliação, de que a pessoa com deficiência, caso não seja internada colocará em risco a vida de outras pessoas.
 - (E) compulsória é aquela determinada pela Justiça e sua aplicação é para a pessoa com transtorno mental que comete um delito, foi julgada pelo delito e considerada inimputável pela sua condição de saúde mental pelo Sistema Judiciário.
-
54. A atual política de saúde mental brasileira é resultado da mobilização desencadeada na década de 1980 com o objetivo de mudar a realidade dos manicômios. Nessa nova proposição, a atenção aos portadores de transtornos mentais passa a ter como objetivo,
- (A) o exercício da cidadania, tendo como foco o controle da sintomatologia.
 - (B) a priorização da organização de serviços fechados.
 - (C) a organização de serviços abertos, com a participação ativa dos usuários e formando redes com outras políticas públicas (educação, moradia, trabalho, cultura etc.).
 - (D) o aumento gradual e planejado de leitos em hospitais psiquiátricos, priorizando concomitantemente a implantação de serviços e ações de saúde mental de base não governamental, capazes de atender com resolutividade os pacientes que necessitem de atenção.
 - (E) simplesmente, a transferência da pessoa com sofrimento mental para fora dos muros do hospital, entregando-o aos cuidados de quem puder assisti-lo.



55. O Código de Ética do Assistente Social configura-se como um dos instrumentos que normatizam a prática profissional. Conforme as definições deste Código, cabe ao profissional
- (A) eximir-se de denunciar atos que contrariem os postulados éticos contidos neste Código, em relação a outros Assistentes Sociais, pois se constitui como seu dever, ser solidário com outros profissionais.
 - (B) ao realizar crítica pública ao colega e a outro profissional, fazê-lo sempre de maneira objetiva, construtiva e comprovável, assumindo sua inteira responsabilidade.
 - (C) intervir na prestação de serviços que estejam sendo efetuados por outro profissional, mesmo que não haja solicitação por parte do mesmo, pois, por integrar a mesma categoria profissional, todos devem responder solidariamente pelo atendimento prestado.
 - (D) ser conivente com falhas éticas e com erros técnicos praticados por Assistente Social e qualquer outro profissional, pois não é de sua competência proceder os encaminhamentos para coibir tal ação.
 - (E) aceitar nomeação como perito e/ou atuar em perícia, mesmo quando a situação não se caracterizar como área de sua competência ou de sua atribuição profissional, pois pela pluralidade da sua formação profissional tem bagagem teórico-metodológica para o exercício dessa função.

- 56.
- Vi ontem um bicho
Na imundície do pátio
Catando comida entre os detritos.
Quando achava alguma coisa,
Não examinava nem cheirava:
Engolia com voracidade.
O bicho não era um cão,
Não era um gato,
Não era um rato.
O bicho, meu Deus, era um homem.*
- (Manuel Bandeira)

O Assistente Social, em sua atuação profissional, ao deparar-se com essa situação explicitada no poema, ao utilizar-se de uma matriz de conhecimento que parte de uma perspectiva teórico-metodológica de inspiração marxista, pautar-se-á pela compreensão de que

- (A) a “questão social” para ser enfrentada, necessita da intervenção que prioriza a formação da família e do indivíduo para solução dos problemas e atendimento de suas necessidades materiais, morais e sociais.
 - (B) o enfrentamento da “questão social” ocorrerá mediante, não só, ao trabalho a ser realizado sobre os valores e comportamentos do público-alvo do Assistente Social, mas atuar de forma mais abrangente nas relações sociais vigentes na perspectiva da integração à sociedade.
 - (C) as relações sociais são sempre mediatizadas por situações, instituições etc. e que ao mesmo tempo revelam e ocultam as relações sociais imediatas. Nesta matriz, aceita-se os fatos, dados como indicadores, como sinais, mas não como últimos fundamentos do horizonte analítico.
 - (D) os fatos estão dados no poema e por si só, já mostram a realidade, que se apresentam em sua objetividade e imediatividade nas relações sociais do ser social, necessitando para tanto, de ajustes e mudanças dentro da ordem estabelecida para que a situação possa ser resolvida.
 - (E) é o aperfeiçoamento dos instrumentos e técnicas de intervenção profissional com padrões de eficiência, sofisticação de modelos de análise, diagnóstico e planejamento, isto é, com tecnificação da ação profissional, acompanhada de uma crescente burocratização das atividades institucionais, é que será capaz de promover o combate das mazelas sociais.
57. Foi solicitado ao Assistente Social do Tribunal Regional do Trabalho a realização de estudo social de uma família. Na execução desse trabalho, o profissional deve
- (A) demonstrar a capacidade de conhecimento da realidade social restringindo-se às questões objetivas vivenciadas pela família, pois as subjetividades não devem ser consideradas.
 - (B) ater-se às situações expressas em um primeiro momento, em sua imediatividade, para manter o distanciamento necessário do profissional.
 - (C) solicitar que a Política de Assistência Social realize o estudo social, pois não é de sua competência profissional, e sim, com base nesse estudo, elaborar o relatório social.
 - (D) partir do pressuposto de que nesse estudo deve considerar a dimensão do trabalho, da família, das políticas sociais, da cultura etc., sendo necessária a reflexão sobre o significado dessas dimensões e as relações que as determinam inseridas na totalidade do mundo social.
 - (E) ater-se na prestação de informações claras e rápidas que envolvem a dinâmica familiar como: número de pessoas da família; situação de moradia – própria, alugada, cedida; número de cômodos, quantas pessoas trabalham para o sustento da família, grau de parentesco, idade das pessoas que compõem o núcleo familiar, escolaridade e tipos de documentos pessoais que os integrantes da família possuem.



58. O conceito de seguridade social firmado pela Constituição Federal de 1988 refere-se à
- (A) noção de que os cidadãos tenham acesso a um conjunto de certezas e seguranças que cubram, reduzam ou previnam situações de risco e de vulnerabilidades sociais.
 - (B) organização prioritariamente de um sistema de cotizações que envolve trabalhadores e empresas de caráter obrigatório garantido pelo Estado.
 - (C) um modelo de proteção universal em substituição ao modelo anterior de seguro social.
 - (D) noção de cidadania invertida, na qual o Estado reconhece apenas as políticas assistenciais como forma de atendimento às necessidades.
 - (E) noção de cidadania regulada como proteção social estruturada dirigida, exclusivamente, à população assalariada.
-
59. Segundo Laura Soares (2003), as políticas sociais nos marcos do neoliberalismo fazem parte de um movimento mais amplo de ajuste global, num contexto de globalização financeira e produtiva. Pode-se afirmar que faz parte desse ajuste, na política social brasileira na década de 1990 e no início dos anos 2000,
- (A) a adoção de mecanismos para o reforço da estabilidade no trabalho com intervenção do Estado nas questões relativas ao contrato de trabalho.
 - (B) a questão social que passa a ser objeto de ações filantrópicas e de benemerência, deixando de ser responsabilidade do Estado.
 - (C) a centralização e a estatização dos serviços sociais, submetidas à lógica de organização dos sistemas públicos de políticas públicas.
 - (D) a perspectiva da universalidade do atendimento direcionando os gastos públicos para os setores da saúde, educação e assistência social, com vinculação de receita orçamentária.
 - (E) o caráter continuado dos programas para garantir impacto e efetividade nas ações desenvolvidas.
-
60. O Assistente Social possui instrumentos técnico-operativos para o desenvolvimento de seu trabalho. Ao atuar no Tribunal Regional do Trabalho, com relação a esse instrumental, é correto afirmar que a
- (A) orientação social é de responsabilidade do profissional. Não cabe a ele, realizar encaminhamentos com vistas a atender a uma necessidade e/ou direito da pessoa que está prestando atendimento e sim, realizar a orientação a esta pessoa, para que busque, por si própria, os caminhos para o atendimento à necessidade apresentada.
 - (B) perícia social para conhecer e interpretar a realidade social é realizada pelo assistente social e não cabe a ele, intervir na situação para além dessa perícia.
 - (C) visita domiciliar é comumente utilizada pelos profissionais da política de assistência social. Portanto, para evitar a duplicidade de atuação profissional, quando da necessidade do uso desse instrumento, deve ser demandado ao assistente social da Assistência Social.
 - (D) entrevista é um instrumento utilizado pelo profissional, sendo que para desenvolvê-la, faz-se importante munir-se das informações referentes a antecedentes da situação a ser estudada, para obter elementos que possibilitem o avanço do diálogo.
 - (E) articulação com a rede social se configura como função do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS na execução da gestão territorial da Proteção Social Básica. Essa ação deve ser requisitada pelo Promotor ou Juiz.

**DISCURSIVA-REDAÇÃO****Atenção:**

- Deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 linhas e máximo de 30 linhas.
- Conforme Edital do Concurso, será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Redação que for assinada, na folha de respostas definitiva, fora do campo de assinatura do candidato, apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato.
- NÃO é necessária a colocação de Título na Prova Discursiva-Redação.
- Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva-Redação.

Para Roberto Mangabeira Unger, o Brasil “fervilha de energia humana”, mas é um país “no qual a maioria não tem como transformar essa energia em ação fecunda”.

(Folha de São Paulo. **Opinião**. 09/05/2013)

Algumas das propostas de superação desse impasse, sob a óptica de Unger, incluem:

“Seguir rumo a um modelo de desenvolvimento que assegure a primazia dos interesses do trabalho e da produção. Fazer, portanto, com que a democratização de oportunidades para trabalhar e produzir seja o próprio motor do crescimento econômico.”

(Adaptado de: **law.harvard.edu/unger**)

Considerando o que está transcrito acima, redija um texto dissertativo-argumentativo, posicionando-se a respeito do seguinte tema:

Crescimento econômico, trabalho e aprofundamento do ideário democrático.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	